

A figuração do indígena no Oitocentos: *Simá* (1857), um romance histórico de Lourenço Amazonas

The representation of the Indigenous in the 19th century: Simá (1857), a historical novel by Lourenço Amazonas

La figuración del indígena en el siglo XIX: Simá (1857), novela histórica de Lourenço Amazonas

David Patrick Tavares Belo¹

 0009-0004-3938-4627

Juliana Maia de Queiroz²

 0000-0002-1741-1725

RESUMO: Nosso artigo tem como objetivo analisar a representação dos povos indígenas na obra *Simá: romance histórico do Alto Amazonas* (1857), escrita pelo autor baiano Lourenço Amazonas (1803 – 1864). Sabemos que a representação dos povos autóctones foi uma característica proeminente nos romances indianistas do século XIX. No entanto, é de suma importância compreender como os indígenas foram abordados na literatura oitocentista, considerando o contexto de colonização que esses povos enfrentaram. Com base nas pesquisas de Marlí Tereza Furtado (2012), Suene Honorato (2021) e Lilia Schwarcz (1998), buscamos destacar a abordagem distinta adotada em *Simá* e contextualizar a representação dos indígenas na sociedade brasileira da época. Assim, a análise dessa obra revela uma concepção que se afasta ligeiramente da idealização do indígena, frequentemente presente nas obras de José de Alencar, por exemplo. Neste romance, os nativos são retratados como agentes da sua própria civilização, questionando e criticando as estruturas dominadas por concepções coloniais. Por meio de seu olhar realista e denunciador, Lourenço Amazonas cumpriu um papel fundamental ao contribuir para uma abordagem mais complexa e crítica da história e da identidade brasileira na literatura do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Indianismo Romântico; Romance Histórico; *Simá*; Lourenço Amazonas.

ABSTRACT: Our article aims to analyze the representation of indigenous peoples in the work *Simá: romance histórico do Alto Amazonas* (1857), written by the Bahian author Lourenço Amazonas (1803 – 1864). It is known that the representation of indigenous peoples was a prominent feature in Indianist novels of the 19th century. However, it is extremely important to understand how indigenous peoples were approached in nineteenth-century

¹ Mestrando em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Pará (PPGL/UFGA). E-mail: dbelo76@gmail.com

² Professora Adjunta de Literatura da Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Letras. E-mail: julianamaia@ufpa.br

literature, considering the context of colonization that these people faced. Based on research by Marlí Tereza Furtado (2012), Suene Honorato (2021), and Lilia Schwarcz (1998), we seek to emphasize the distinct approach adopted in *Simá* and to contextualize the representation of indigenous people in Brazilian society at the time. Thus, the analysis of this work reveals a conception that moves slightly away from the idealization of the indigenous, often present in the works of José de Alencar, for example. In this novel, natives are portrayed as agents of their own civilization, questioning and criticizing structures dominated by colonial conceptions. Through his realistic and denouncing gaze, Lourenço Amazonas played a fundamental role in contributing to a more complex and critical approach to Brazilian history and identity in 19th-century literature.

KEYWORDS: Romantic Indianism; Historical Novel; *Simá*; Lourenço Amazonas.

RESUMEN: Nuestro artículo tiene como objetivo analizar la representación de los pueblos indígenas en la obra *Simá: romance histórico do Alto Amazonas* (1857), escrita por el autor bahiano Lourenço Amazonas (1803-1864). Sabemos que la representación de los pueblos autóctonos fue una característica prominente en las novelas indianistas del siglo XIX. Sin embargo, es de suma importancia comprender como fueron abordados los indígenas en la literatura del siglo XIX, considerando el contexto de colonización que enfrentaron estos pueblos. Basándonos en las investigaciones de Furtado (2012), Honorato (2021) y Schwarcz (1998), buscamos destacar el enfoque distintivo adoptado en *Simá* y contextualizar la representación de los indígenas en la sociedad brasileña de la época. Así, el análisis de esta obra revela una concepción que se aleja ligeramente de la idealización del indígena, frecuentemente presente en las obras de José de Alencar, por ejemplo. En esta novela, los nativos son retratados como agentes de su propia civilización, cuestionando y criticando las estructuras dominadas por concepciones coloniales. A través de su mirada realista y denunciante, Lourenço Amazonas desempeñó un papel fundamental al contribuir a un enfoque más complejo y crítico de la historia y la identidad brasileña en la literatura del siglo XIX.

PALABRAS CLAVE: Indianismo Romántico; Novela Histórica; *Simá*; Lourenço Amazonas.

Introdução

No contexto do século XIX, a figuração indígena ganhou um lugar importante nas representações culturais e artísticas da época. De acordo com Lilia Schwarcz, no livro *As barbas do imperador* (1998), o indígena imaginado, construído por meio de uma visão eurocêntrica, tornou-se um elemento recorrente em obras literárias e nas artes visuais do período. Para a antropóloga, “é assim que junto a alegorias clássicas surgem indígenas quase brancos e idealizados em ambiente tropical” (Schwarcz, 1998, p. 142).

Essa concepção foi sustentada pelo interesse europeu em relação às culturas exóticas e desconhecidas, resultando em representações muitas vezes estereotipadas e distantes da realidade das comunidades autóctones. Lilia Schwarcz

(1998, p. 149) aponta que “o bom selvagem tropical, o indígena mitificado permitiu à jovem nação fazer as pazes com um passado honroso, anúncio de um futuro promissor”; além disso, caso alguns conflitos surgissem, “o projeto oficial tratava de apagá-las”. Conflitos esses são ficcionalizados pela literatura canônica majoritariamente por meio de antagonismos, em que apenas um determinado indígena é o herói que defende o colonizador e os demais povos nativos, geralmente considerados selvagens, como se pode observar na trilogia indianista de José de Alencar, *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874), por exemplo.

Por outro lado, *Simá: romance histórico do Alto Amazonas* (1857), de Lourenço Amazonas (1803 – 1864), objeto de análise deste trabalho, é considerada uma narrativa indianista, ainda que divergente no que se refere à representação canônica dos indígenas oitocentistas. Para Marlí Tereza Furtado (2012, p. 03) o indianismo em *Simá* explora a complexidade da identidade indígena em um contexto estabelecido de colonização europeia, levando-nos a questionar se os povos indígenas tinham alguma autonomia diante da influência dominante.

A literatura, e especialmente o romance no século XIX, ajudaram a disseminar as representações idealizadas dos nativos. Lilia Schwarcz (1998, p. 17) destacou a utilização dos símbolos nacionais como parâmetro de idealização, que deram corpo a uma “monarquia tropical”, pois, segundo a pesquisadora, “estaríamos diante de um regime que desde os momentos de fundação dialogava com as culturas locais, criando novos significados”. Vários autores brasileiros descreveram personagens indígenas como símbolos de pureza, coragem ou até mesmo como obstáculos à colonização. Dentre as obras que abordam essa temática, podemos destacar *Açayaca*, publicado em 1866, por Joaquim Felício dos Santos (1828 – 1895); *Os índios do Jaguaribe*, lançado em 1870, por Franklin Távora (1842 – 1888); *O índio Afonso*, publicado em 1873, escrito por Bernardo Guimarães (1825 – 1884) e *D. Narcisa de Villar*, romance de 1859, da autora Ana Luísa de Azevedo Castro (1823 – 1869). No entanto, tais representações frequentemente refletiam muito mais os valores e as preocupações políticas e sociais do Império em detrimento das populações indígenas. Nelson H. Vieira (1991) afirma que:

[...] o elemento índio no romance serviu de chave artificial para representar a brasilidade na literatura. O indígena e a sua experiência com os

aventureiros e colonizadores portugueses tornou-se o meio através do qual se podia contrastar os dois mundos, e deste modo exibir a singularidade do cosmo brasileiro (Vieira, 1991, p. 105).

Diante disso, o estudioso traz como exemplo José de Alencar, ao citar *O Guarani* (1857), enquanto afirma que Alencar evoca de forma metafórica a figura do indígena e do colonizador como símbolos do Brasil e de Portugal.

Nesse sentido, para Lívia Penedo Jacob (2023), os povos autóctones foram colocados em um lugar de encargo no intenso cenário da inauguração de uma literatura que fosse verdadeiramente brasileira. Essas representações revelam a complexa dinâmica entre as representações literárias e as questões culturais e políticas da época.

Ainda, por meio da leitura de *Dialética da colonização* (1992), de Alfredo Bosi, compreendemos a cultura como uma “consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro” (Bosi, 1992, p. 16). Como se sabe, o texto bosiano busca refletir as questões que permearam o processo de independência e que desencadearam no que ele chama de *dialética da oposição*. Por meio de um desenho de contrastes, Bosi argumenta que o primeiro quartel do século XIX foi um período de intensa tensão entre a Colônia e a Metrópole:

Viveu-se uma fase de tensão aguda entre a Colônia que se emancipava e a Metrópole que se enrijecia na defesa do seu caducante império. O primeiro quartel do século XIX foi, em toda a América Latina, um tempo de ruptura. O corte nação/colônia, novo/antigo exigia, na moldagem das identidades, a articulação de um eixo: de um lado, o polo brasileiro, que enfim levantava a cabeça e dizia o seu nome; de outro, o polo português, que resistia à perda do seu melhor quinhão (Bosi, 1992, p. 177).

Bosi descreve momentos de tensões e mudanças que ocorreram no início do século XIX na América, quando as colônias estavam em busca da independência e as antigas relações de poder estavam sendo reconfiguradas. Considerando este contexto, no imaginário pós-colonial, era esperado que a figura do indígena tomasse um lugar de rebelde, confrontando o invasor, sendo “o americano [...] *versus* o europeu” (Bosi, 1992, p. 177). Nesta linha de raciocínio, *Simá* (1857) nos permite discutir esta característica como um fator diferenciador de sua narrativa ao desenhar uma obra que fugiu moderadamente dos padrões do indianismo canônico brasileiro

do século XIX. Nesse sentido, se considerarmos José de Alencar como um dos “veios centrais do nosso romantismo”, nota-se o que Bosi considera como o indígena em uma posição de “íntima comunhão com o colonizador” (Bosi, 1992, p. 177), o que não ocorre no romance de Lourenço Amazonas, por exemplo. Em sua arguição, Bosi (1992, p. 179) detecta a “existência de um complexo sacrificial na mitologia romântica” presente no conjunto das obras de José de Alencar. Assim, a literatura no Brasil do período romântico teria sido utilizada para delinear a identidade nacional e expressar sentimentos de afirmação diante do passado colonial português.

Contudo, *Simá*, sendo um romance histórico, busca outra linha de afirmação ao colocar o indígena em um protagonismo político, principalmente em uma narrativa que é ambientada no século XVIII. Tais ideias nos permitem examinar o indígena descrito por Lourenço Amazonas no contexto do romance oitocentista, instigando-nos a questionar estereótipos e considerar como tais representações construíram a ideia de nação brasileira mediante um imaginário pré-construído. Portanto, buscamos destacar as concepções do romance histórico brasileiro e também analisar questões ligadas à estrutura da narrativa de *Simá*, a fim de visualizar a construção de uma crítica social presente nesse romance da segunda metade do século XIX.

Concepções do romance histórico brasileiro

Para entendermos a gestação e o obscurantismo de *Simá: romance histórico do Alto Amazonas*, de Lourenço Amazonas, é preciso compreender o que era visto como romance histórico com temática nativista no século XIX no Brasil. Nesse sentido, Luísa Marinho Antunes (2005, pp. 335 – 336) afirma que o romance histórico brasileiro não pode ser compreendido sem considerar o contexto em que começa “o sentimento de urgência da afirmação de uma literatura nacional”. Segundo a pesquisadora, o romance histórico deve ser inserido em um “programa geracional de criação do romance brasileiro”, o que implicaria para muitos autores “a sua visão como instrumento que abre uma via privilegiada para a independência literária”.

Em outras palavras, os escritores percebem o romance histórico como um meio para afirmar a identidade e a expressão da literatura brasileira, contribuindo para o desenvolvimento de um *corpus* literário tipicamente nacional. Luísa Antunes define ainda o romance histórico como uma “aliança entre memória, mito, história, cultura e literatura”, e argumenta que o gênero “serve no Brasil para criar um forte sentimento de autonomia e diferença em relação ao “outro”, o português” (Antunes, 2005, p. 336).

Valeria de Marco (1991, p. 255) reflete que “o resgate da História passada parece obedecer a uma escala segundo a qual quanto mais remota é a época a ser reconstituída mais o romanesco se combina a formas primitivas como lendas [...] ou mitos”. Desse modo, a contribuição de José de Alencar para esse gênero é inquestionável, pois é o principal autor oitocentista a dar destaque ao romance histórico como sendo um dos gêneros fundamentais para alcançar a autonomia da literatura brasileira e, assim, contribuir para a consolidação de uma identidade nacional.

Em *Benção Paterna* (1872), prefácio do romance *Sonhos d’ouro*, José de Alencar evidencia a aliança entre lendas e mitos ao buscar uma forma de sistematizar as suas produções literárias através do que ele concebia como romance brasileiro. Alencar propõe a literatura nacional, ao inserir-se nela, em três fases, denominada de “período orgânico”. Interessa-nos aqui a primeira e segunda fases, sendo a primeira descrita como “primitiva, que se pode chamar aborígene” (Alencar, 1872) contemplando “as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada”, bem como as tradições que “embalaram a infância do povo”, fase na qual Alencar compõe *Iracema* (1865) como sendo parte da literatura primitiva, pois considera a obra “cheia de santidade e enlevo, para aqueles que veneram na terra da pátria a mãe fecunda [...], e não enxergam nela apenas o chão onde pisam”.

A segunda fase, Alencar considera como *histórica*, pois representava a *aliança* entre o povo invasor e a terra americana, em que a cultura é compartilhada e a natureza e o solo são retribuídos em troca. Uma das obras que pertence a esse período é *O Guarani* (1857). O romancista destaca a influência da terra e da cultura na evolução da sociedade, constatando que “a linguagem se impregna de módulos

mais suaves” e que “formam-se outros costumes, e uma existência nova, pautada por diverso clima”. Alencar assevera que esse período colonial é marcado pela “gestação lenta do povo americano” e pela *continuação* das tradições lusitanas.

Para Luísa Marinho Antunes (2005), essa indicação abre caminhos para a criação de personagens nacionais, heróis e heroínas – assim como Peri e Iracema –, que incorporariam os traços identificadores do povo brasileiro, sendo o passado como uma “ponte para uma reflexão empenhada e interventiva” (Antunes 2005, p. 336).

Nesse sentido:

É o romance histórico de teor indianista, tanto o que versa os primeiros contatos entre o índio e o europeu, como o da posterior convivência que serve a Alencar para afirmação da brasilidade, da incontestável diferença e distância, afetiva e cultural, entre a “Europa”/“Lisboa” e o “nós”. Este tipo de romance, que radica na tradição inaugurada por Basílio da Gama e Santa Rita Durão, é, segundo o autor, prova do carácter genuíno da originalidade do romance americano, já que nele se congrega o que existe de “mais brasileiro”, mais autêntico, tornando-o num fruto da congregação do “nós” como lugar de confluência da sua identificação (Antunes 2005, p. 336 – 337).

No contexto do século XIX, a formação do povo brasileiro estava profundamente marcada pela miscigenação, resultado do encontro entre indígenas, colonizadores europeus e africanos escravizados. Essa miscigenação é uma das características centrais utilizadas em obras literárias para evidenciar a identidade brasileira e refletir a nossa complexidade cultural e étnica. Contudo, em obras canônicas, esse processo poderia ser visto como um ato de comum acordo entre nativos e colonizadores. Suene Honorato (2021, p. 96) declara que “o imaginário social a respeito dos povos indígenas hoje talvez deva muito à configuração forjada por autores canônicos do romantismo brasileiro”, configuração esta que relegou o reconhecimento de obras como *Simá*, que retrata em sua narrativa as lutas indígenas contra os colonizadores na região amazônica.

No Oitocentos, destacados escritores, entre os quais José de Alencar, Franklin Távora e Bernardo Guimarães, dedicaram-se à representação e descrição da figura do indígena em suas obras literárias. Essas obras podem ser caracterizadas como *romances históricos com teor indianista*, como é denominado por Luísa Marinho Antunes (2005, p. 336). Segundo Antônio Paulo Graça

(1952-1998), em seu livro *Uma poética do genocídio* (1998), considera-se como romance indianista aquele que apresenta o indígena como tema central da narrativa ou que, ao menos, o coloca no centro.

O autor sugere que a inserção do indígena como personagem central no romance requer não apenas uma síntese de conteúdo, mas também uma abordagem estética diferenciada. Além disso, ele destaca a complexidade desse processo de criação de personagens e ressalta a possibilidade de uma revolução ficcional ao elaborá-los baseados em povos tão distintos culturalmente. Para Paulo Graça, a fusão de “personagens e temas, provenientes de uma tradição cultural específica, com uma forma – o romance – histórica e culturalmente determinada” (Graça 1998, p. 17) é um movimento complexo que remeteria a uma *alegoria do indígena* como testemunha de nada menos que a “criação do universo”. Sendo assim, percebe-se que as narrativas históricas brasileiras possuíam o intuito de desvendar a nossa origem, entendimento este chamado de mito fundador, de acordo com Marilena Chaui (2000).

Mito fundador porque, à maneira de toda *fundatio*, impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa, que não permite o trabalho da diferença temporal e que se conserva como perenemente presente. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para se exprimir, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo (Chaui, 2000 p. 32).

Dessa maneira, Marilena Chaui nos apresenta um mito que se baseia em uma ideia que parte de uma matriz teológico-política, ou seja, uma representação ideológica de uma imagem que buscava apresentar o Brasil de forma idealizada. Antonio Paulo Graça (1998) afirma que a construção do mito se deu por intermédio de um movimento que buscou melhorar a imagem do Brasil, nação marcada pela exploração do trabalho escravo: “o negro não poderia entrar na formulação de uma mitologia nacional, muito menos ainda o português, que representava a colonização” (Graça 1998, p. 22).

Portanto, percebe-se que a figuração do indígena na produção literária oitocentista brasileira foi amplamente abordada (sendo José de Alencar e Gonçalves

Dias os principais nomes³), como um movimento capaz de contribuir para a consolidação da identidade brasileira; contudo, a canonização desses autores acabou por ofuscar obras outras que também se propuseram a trabalhar em seus enredos elementos indianistas por um viés diverso, como é o caso do romance de Lourenço Amazonas.

***Simá*: romance histórico do Alto Amazonas (1857)**

A narrativa indianista intitulada *Simá: romance histórico do Alto Amazonas* (1857), do autor baiano Lourenço da Silva Araújo Amazonas, foi publicada no mesmo ano de *O Guarani* (1857), no entanto, não obteve o mesmo reconhecimento crítico ou editorial. Segundo Marlí Tereza Furtado (2012, p. 01 - 02), *Simá* “não ultrapassou as fronteiras do ostracismo, embora de tema indianista”. A pesquisadora considera ainda que a obra “poderia ter colocado fogo nas discussões do cenário do Romantismo brasileiro”, tendo em vista o empenho dos homens de letras do período em buscar uma afirmação da identidade nacional.

A prosa indianista de Lourenço Amazonas, de acordo com Tenório Telles (2011, p. 307), é crítica e pessimista em relação à presença europeia dentro da Amazônia, diferentemente da prosa alencariana, que evidencia uma certa comunhão entre europeus e nativos. A narrativa histórica do autor baiano retrocede um século, mergulhando na complexidade histórica e política da região amazônica, revelando o conhecimento histórico e geopolítico do autor. Nesse contexto, Lourenço Amazonas explora um episódio que ocorreu no Alto Amazonas, a revolução de Lamalonga, de 1757. Este evento foi utilizado pelo autor como uma forma de confrontar, em sua narrativa, as visões das coroas espanhola e portuguesa, mas que também teve um impacto profundo nas dinâmicas geopolíticas da época. Na introdução de *Simá*, percebemos um dos pontos principais que norteará o plano histórico e fictício da

³ Conforme Antonio Candido (1959[2023, pp. 344 – 345]), os *Primeiros Cantos* de Gonçalves Dias desempenharam um papel fundamental na formação inicial do movimento indianista que se consolidava no Brasil. Candido ressalta que o período entre 1846 e 1865 representa um momento importante para o indianismo, especialmente devido à publicação de obras significativas como *Cantos*, *Os Timbiras* e *A Confederação dos Tamoios*, todas de autoria de Gonçalves Dias, além dos romances *O Guarani* e *Iracema*, escritos por José de Alencar.

obra:

Quando o palácio do Magnate em sua queda esmaga a cabana do pobre, ninguém se apercebe de que o prejuízo deste pode ser maior, que o daquele, atentos os recursos, que lhes restem. Lamenta-se a perda do palácio com toda a indiferença pela cabana: indiferença ainda mais de lastimar quanto a moral: porque ninguém se importa, com relação às virtudes e vícios, que porventura lhes assistam, se será mais de lamentar a perda do pobre, que contudo desempenhou as vistas da Providência, ou do Magnate, que por seus vícios degradou a Humanidade (Amazonas 1857[2011, p. 12]).

O trecho citado acima dá indícios da abordagem da narrativa histórica que compõe *Simá*: não será uma obra que privilegiará nenhuma perspectiva além daquela dos indivíduos à margem da sociedade. De forma denunciativa, Lourenço Amazonas confere ao colonizador uma violenta forma de se erguer como uma força política dentro de uma área como o Alto Amazonas. No capítulo inicial, intitulado “O regatão”, é possível perceber uma série de costumes de uma ceia típica da região:

Um Tucunaré de satisfatório tamanho, assado inteiro ao forno fora de sobejo para os que se assentavam à mesa: mas a dignidade da casa não dispensava confortáveis acessórios. De um lado um peito de tartaruga alardeava sua gordura a confundir-se com a cor amarela da farinha d'água, que o encrostava e fazia sobressair a branca dos ovos de Taracajá, que, como que o engastavam. De outro uma Taracajá mesma inteira, assada também ao forno parecia faceirar-se com o tope de manjerona, que ao peito tapava a abertura, por onde se lhe extraíram os intestinos, e introduziram os temperos (Amazonas 1857[2011, p. 17]).

O narrador apresenta os costumes de forma muito íntima, atribuindo detalhes e rotinas ao texto e, conseqüentemente, ao leitor. Este aspecto narrativo provavelmente é resultado do extenso conhecimento que o autor possuía sobre a região; cinco anos antes do lançamento de seu romance, em 1852, Lourenço Amazonas se dedicou a um trabalho etnográfico e geográfico intitulado *Diccionario topográfico, histórico e descriptivo da Comarca do Alto-Amazonas*, no qual é possível encontrar o seu nome precedido do título de “capitão-tenente da armada”, cargo que ocupou durante a sua carreira militar.

A narrativa de *Simá* é estruturada em torno da trajetória de vida da personagem principal, abrangendo desde o momento de sua concepção até seu falecimento. O romance se inicia com um episódio crítico: o estupro de sua mãe, a

indígena Delfina, cometido pelo português Régis, o regatão. Esse é o acontecimento inicial que desencadeará a sequência de eventos que compõe a trama. É importante destacar que tal fato indiscutivelmente violento adquire ainda maior relevância ao constatarmos que a personagem homônima do romance emerge como resultado da fusão entre brancos e indígenas.

Após o crime cometido, Régis foge, não sem antes deixar um anel de ouro preso ao cordão de Delfina, juntamente com “duas moedas de ouro e algumas de prata” sobre a mesa, ao lado de um papel onde estava escrito “copaíba, café, salsa” (Amazonas 1857[2011, p. 39]). No dia seguinte, ao tomar conhecimento do trágico incidente ocorrido na noite anterior, Marcos de Coari (pai de Delfina) percebe toda a cena armada pelo português que o havia roubado e constata que a cena das moedas ao lado do papel e do copo jogado debaixo da mesa “fazia supor que houvera ajuste, e conseqüentemente a venda daqueles gêneros. [...] houvera uma orgia formidável, durante a qual se efetuara o negócio, que atestavam aqueles vestígios” (Amazonas 1857[2011, p. 39]).

O estupro de Delfina não é narrado de forma direta, pois quem nota o que ocorreu é Marcos, que, ao perceber o anel de ouro no pescoço de Delfina, diz: “Nossa situação é terrível, minha filha; e toda explicação e inteligência nos é indispensável. Não será possível que alguma desgraça deva estar unida a esta prenda, de que agora é que te apercebes?” (Amazonas 1857[2011, p. 41]). O pai de Delfina toma a decisão de deixar a área onde vivia, conhecida como o sítio da Tapera. Essa determinação é motivada pela intenção de preservar a honra de sua filha diante da possibilidade de julgamento por parte da sociedade. A filha de Delfina, fruto do terrível crime, recebe o nome de Simá e, com o passar do tempo, a própria Delfina sucumbe à melancolia e falece.

Marcos de Coari decide adotar o nome Severo em uma nova fase de suas vidas e confia a educação de Simá ao Frei Raimundo Eliseu. Nesse período, Simá conhece Domingos de Dari, líder da nação dos Manau, que também foi educado com os mesmos princípios cristãos, e os dois se apaixonam. Conforme a história se desenrola, uma série de eventos leva à separação do casal devido a tramas arquitetadas por Régis e Loiola, que se tornam aliados e os principais antagonistas

da narrativa. Eles conseguem sequestrar Simá, afastando-a de Domingos de Dari. Entretanto, os aliados de Frei Raimundo conseguem resgatá-la, enquanto Loiola e Régis são capturados. Essas conspirações acabam sendo exploradas por aliados para manipular a situação e instigar a rebelião de Lamalonga.

De acordo com Marlí Tereza Furtado (2012), na escrita de Lourenço Amazonas muitas características romanescas foram herdadas dos folhetins, sendo a presença de elementos folhetinescos herdados do ossianismo presentes na narrativa, tais como a donzela desonrada que morre de melancolia e a presença de um objeto simbólico (o anel de Régis preso em um cordão, que antes pertencia a Delfina e depois passa a pertencer à filha Simá).

A morte de Simá, por exemplo, é uma cena importante que pode revelar também esse viés mais romanesco do autor. Régis, que antes tentou seduzir a própria filha (sem saber do parentesco), descobre tal fato no final da vida da protagonista, ao deparar-se com o colar que antes ele colocara em Delfina e, de acordo com o narrador, “essa vista, ou despertando-lhe uma lembrança, ou importando-lhe o reconhecimento daquela joia, [...] motivaram aquele medo descomunal” (Amazonas 1857[2011, pp. 283 – 284]). Nesse momento, Severo do Remanso, que é o verdadeiro nome de Marcos de Coari, revela sua identidade a Régis, mostrando que Simá “herdara a prenda de sua mãe” e que, portanto, ela é sua filha.

O último gesto de Simá assume a forma de um ato de perdão em direção a Régis. A cena ressoa intensamente com valores cristãos, uma vez que Simá concede o perdão a seu pai: “eu lhe perdo” (Amazonas 1857[2011, p. 284]). Esse gesto de perdão e reconciliação carrega um profundo significado, realçando os valores religiosos e morais que permeiam a narrativa. O romance se encerra com a condenação dos líderes da Rebelião de Lamalonga, incluindo Domingos e outros chefes indígenas envolvidos na revolta.

Para Tenório Telles (2011, p. 307), “a postura de Lourenço é radical, sem condescendência com a violência e oportunismo de Régis, português que simboliza o colonizador”; além disso, podemos destacar que o “seu indianismo discute a problemática da identidade indígena em um processo já consolidado de colonização

branca” (Furtado 2012, p. 03), reflexão que gira em torno da ideia de que, se os povos originários não tivessem sido controlados pelo domínio colonial, talvez os indígenas tivessem tido a chance de desenvolver uma trajetória própria e autônoma.

Acerca desse aspecto, vale retomar a discussão de Antônio Paulo Graça (1998, p. 27), ao afirmar que os romancistas evitavam escrever de forma denunciadora sobre “a humanidade do indígena e do extermínio”, elementos considerados pelo autor como “os dois nódulos mais dolorosos” que permeavam grande parte da história indígena no Brasil. Suene Honorato (2021, p 87) pontua que as obras indianistas, como as de José de Alencar e Antônio Gonçalves Dias, podem ser lidas como uma forma de denunciar as agressões presentes no encontro entre o colonizador e o colonizado; no entanto, tais atos violentos também acabam, de certa forma, naturalizados nessas obras. Honorato assinala que a naturalização está na forma como ambos os escritores, em seus romances, utilizam a expressão “raça extinta” para se referirem aos povos indígenas. Outra forma de naturalização seria a presença de personagens indígenas que reconhecem a inevitabilidade da dominação do homem branco, submetendo-se a ela sem resistência. Para Suene Honorato (2021, p. 87), o indianismo assume a função de um elemento “diferencial e [...] de especificidade”.

Nesse sentido, vale lembrar que, na narrativa de Lourenço Amazonas, a violência do encontro entre o indígena e o branco se dá de forma covarde, após o português Régis “batizar” o vinho de Marcos, Delfina e os Tapuios⁴ presentes na casa.

Além disso, no decorrer da narrativa de *Simá*, percebemos uma preocupação do narrador em estabelecer o lugar do indígena na sociedade. Isso se torna evidente no capítulo XIII, intitulado “um dia de festa”, no qual um debate entre diferentes líderes indígenas ocorre em uma espécie de conselho. Neste diálogo, os líderes discutem a complexa decisão de manter ou romper suas alianças e fidelidade a Portugal. Marlí Tereza Furtado (2012, p. 05) pontua que este momento evidencia “o crescimento da animosidade entre indígenas e portugueses”. Essa tensão foi influenciada pelo contexto do Tratado de Madrid, de 1750, que procurava

⁴ Segundo nota do próprio autor, Tapuio é sinônimo de servo (Amazonas 1857[2011, p. 297]).

regulamentar os territórios americanos pertencentes a Portugal e Espanha. A violência e a extinção indígena, como citado por Suene Honorato (2021), é apresentada em *Simá* por meio de críticas contundentes à estrutura social e política da época. Um dos indígenas, em conversa com Domingos (a quem Simá é prometida em casamento no romance), é bastante incisivo em sua fala:

A categoria de país! Penso que em nada nos diz respeito, atento que não passa de questão de conveniência da administração. A franqueza de poder o indígena aspirar, como qualquer outro vassalo português, as honras e empregos na razão de sua capacidade e merecimento! que escárnio! que sarcasmo! que habilitação pode ter adquirido para as distinções sociais, o indivíduo criado na escravidão, e adrede nela embrutecido? (Amazonas 1857[2011, pp. 82-83]).

O indígena usa um tom sarcástico para enfatizar o absurdo dessa situação, questionando como alguém submetido à escravidão poderia adquirir as habilidades necessárias para se destacar na sociedade e receber reconhecimento.

Ide no meio dessa sociedade, a que se nos diz hoje pertencermos fraternalmente: o que observareis? O português na sala, e o indígena na cozinha! o português instruído e o indígena ignorante! o português rico, e o indígena pobre! e em resumo o azorrague do português, e as costas do indígena! sempre a indignação no coração, e o insulto na boca do português, e o sentimento no coração, e as lágrimas nos olhos do indígena!... oh que liberdade, que franquezas, que concessões!!! (Amazonas 1857[2011, p. 83]).

Ao descrever a desigualdade entre portugueses e indígenas na sociedade, o narrador enfatiza a segregação e a exploração que permeiam a relação entre os portugueses e indígenas. Para Suene Honorato (2021, p. 90), “a violência do encontro entre “branco” e “índio” marca [...] a necessidade de que uma cultura se sobreponha à outra, até aniquilá-la por completo”. O narrador do romance aponta ainda que “o jeito que se há dado as coisas desde o tempo da conquista é tal, que corta toda a esperança de que humanamente possa jamais ser de outra maneira” (Amazonas 1857[2011, p. 83]). O narrador de Lourenço Amazonas, como citado anteriormente, é crítico e não se esquivava ao deixar explícito o genocídio indígena, assim como as violências sofridas por eles e a sua exclusão social.

Em *Simá*, notamos a presença de personagens indígenas que estão no centro de discussões políticas importantes; não são apenas um suporte de diferenciação ou individualidade do romance brasileiro (como é notável nas obras de Alencar), mas

elementos constituintes de uma nação que não é idealizada, e sim uma nação repleta de embates e revoluções.

Na prosa de Lourenço Amazonas, as relações de assimetria entre indígenas e portugueses são destacadas de maneira significativa. Em um diálogo entre Régis e Marcos há a seguinte menção: “atenta a civilização, que vos trouxemos. Que outros já não sois, comparados com os selvagens, de que descendeis” (Amazonas 1857[2011, p. 31]), ao passo que o indígena Marcos de Coari o responde em um tom sarcástico:

Que felicidade para vós a de uma sociedade de senhores e escravos! mas em que vós sois os senhores! que lisonjeira perspectiva a do indígena, civilizado a vosso modo! [...] bate-se com quem resiste, atira sobre quem foge, e conduz escravos a quem não pôde conseguir, fugir ou morrer. [...] Que felicidade para o indígena! [...] se depara em vossa própria história, que não foi escrita por nenhum indígena despeitado (Amazonas 1857[2011, p. 31]).

Marcos está ironicamente criticando a visão que os colonizadores têm de sua própria sociedade, em que enaltece a "felicidade" da relação entre senhores e escravos, mas somente quando eles próprios – os portugueses – ocupam a posição de senhores. Além de tratar da miscigenação, tema importante ao romance *Iracema*, por exemplo, a prosa indianista de Amazonas critica espaços que eram dominados por concepções coloniais.

Conforme observações da antropóloga Lilia Schwarcz (1998), o período denominado de Romantismo, no Brasil, não era somente um empreendimento estético, mas estava diretamente relacionado ao movimento cultural e político que se aliara a um ideário nacionalista. Esta concepção nacionalista, de acordo com a pesquisadora, caracterizou-se no âmbito brasileiro pela manifestação da cor local, possuindo origem nas classes elitistas cariocas, as quais, aliadas à monarquia, buscaram uma emancipação cultural. Schwarcz enfatiza ainda que “os temas eram nacionais, mas a cultura, em vez de popular, era cada vez mais palaciana e voltada para uma mera estetização da natureza local” (Schwarcz 1998, p. 140).

No entanto, *Simá* foge desses padrões, em comparação a obras como *O Guarani* e *Iracema* que refletiam os ideais da elite. Enquanto em *Simá* os nativos representavam a sua própria civilização, em *O Guarani*, com exceção de Peri, o narrador alencariano ressalta uma “ferocidade desse povo sem pátria e sem religião,

que se alimentava de carne humana e vivia como feras no chão e pelas grutas e cavernas” (Alencar 1857[2014, p. 156]). Contudo, essa construção feita por Alencar respondia com muita clareza à incessante busca de uma sociedade por formar sua identidade e uma “verdadeira singularidade”, realizando assim “um velamento da colonização” (Schwarcz 1998, p. 148).

Em suma, a obra *Simá* de Lourenço Amazonas desafia as convenções do indianismo romântico brasileiro ao oferecer uma visão crítica e realista do encontro entre indígenas e colonizadores. O autor não recua diante da denúncia das violências e assimetrias inerentes ao processo de colonização, questionando a visão idealizada da sociedade nacional através da sua narrativa.

Ao destacar a resistência e as complexas dinâmicas sociais dos povos indígenas na região do Alto Amazonas, a narrativa se distingue das obras mais idealizadas de outros romancistas indianistas. Por meio de personagens como Marcos e Simá, a obra revela a brutalidade da colonização e os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas por meio de tensões políticas. Darlene J. Sadlier (2016) elucida que o indígena passa a ser utilizado como tema de narrativas a partir do início do século XIX e isso se dá devido a tensões políticas, e assim “pode-se dizer que o surgimento do índio como um símbolo da nação-Estado está diretamente relacionado com as tensões sociopolíticas e econômicas que perduraram entre portugueses e brasileiros após a independência” (Sadlier 2016, p. 159-160). Assim, consideramos que *Simá* compactue com estas concepções, tendo em mente que o indígena presente na obra assume uma configuração de embate e planejamento, compreendendo as suas próprias construções políticas e culturais.

Dessa forma, *Simá* oferece uma perspectiva crítica e contundente sobre o impacto da colonização na formação não só da identidade nacional brasileira, mas sim do sistema político e social.

Considerações finais

Levando em conta as discussões empenhadas até aqui, podemos compreender a importância do romance histórico brasileiro, particularmente do gênero com teor indianista, na afirmação da identidade e da literatura nacional. De

forma sucinta, o romance histórico brasileiro desempenhou um papel primordial na afirmação da literatura brasileira, destacando as influências culturais, geográficas e linguísticas que moldaram a sociedade. Essa vertente literária contribuiu para a compreensão da complexidade de um Brasil dominado por conceitos europeus, tentando destacar, de certa forma, a diversidade e singularidade das terras do Novo Mundo.

Sendo assim, podemos identificar em *Simá* a figuração de um indígena diferente dos que são apresentados nos romances indianistas do século XIX. Lourenço Amazonas, através de sua obra, confronta a visão romantizada e idealizada dos povos nativos no Oitocentos. Este romance se destaca por sua abordagem crítica em relação à forte presença colonizadora na Amazônia, ao invés de enfatizar uma inexistente harmonia entre colonizador e povos nativos. O autor baiano compõe em seu romance o encontro entre brancos e indígenas de maneira mais realista e até sombria, como, por exemplo, ao narrar a cena de um visitante que estupra a filha de uma família nativa e rouba sua casa logo no início da narrativa.

O autor não hesita em expor atos violentos, assimetrias e desigualdades que permearam a relação *indígena* e *europeu*, desafiando a tendência da época de romantizar o processo de colonização. O estupro de Delfina, mãe da protagonista Simá, é um evento central na trama e simboliza a violência covarde imposta pelos colonizadores aos povos nativos. A obra de Lourenço Amazonas revela, no campo ficcional, as fraturas da sociedade brasileira (nada idealizada) na construção de uma identidade nacional repleta de conflitos e revoluções.

Nesse sentido, podemos concluir que a obra *Simá* oferece uma visão crítica e corajosa sobre a exploração da Amazônia, expondo as injustiças e violências cometidas contra os povos indígenas. Lourenço Amazonas, com seu olhar realista e denunciador, contribuiu para uma abordagem mais complexa e crítica da história e identidade brasileiras na literatura do século XIX.

Referências

ALENCAR, José de. *O Guarani*. 3. ed. Cotia–SP: Ateliê Editorial, 2014 [1857].

ALENCAR, José de. *Iracema*: Lenda do Ceará. Rio de Janeiro: Typ. de Viana & Filhos, 1865. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4660>. Acesso em: 21 maio. 2023.

ALENCAR, José de. Benção paterna. In: ALENCAR, José de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959 [1872]. p. 691-701.

ALENCAR, José de. *Ubirajara*: lenda tupy. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4669>. Acesso em: 23 jul. 2023.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Diccionario topographico, historico, descriptivo da comarca do Alto-Amazonas*. Recife: Typ. commercial de Meira Henriques, 1852. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3135>. Acesso em: 20 jun. 2023.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Simá*: Romance histórico do Alto Amazonas. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2011 [1857].

ANTUNES, Luísa Marinho. Os caminhos da memória e a identidade nacional no romance histórico de temática tropical: os casos de José de Alencar e Pinheiro Chagas. *Dedalus: Revista Portuguesa de Literatura Comparada*, 2005. v. 10, p. 335-349. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.13/2998>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*. São Paulo: Todavia, 2023 [1959].

CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. *D. Narcisa de Villar*: legenda do tempo colonial pela Indígena do Ypiranga. Rio de Janeiro: Typog. de F. de Paula Brito, 1859. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3916>. Acesso em: 6 jul. 2023.

CHAUI, Marilena. Brasil: o mito fundador. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, 2000. n. 19, p. 23 - 36. Disponível em: https://appoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/19_1.pdf. Acesso em: 17 mai. 2023.

DE MARCO, Valéria. *A perda das ilusões*: o romance histórico de José de Alencar. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-05012023-195028/>. Acesso em: 04 jul. 2023.

FURTADO, Marlí Tereza. *O Guarani e Simá: propostas para o romance brasileiro à escolha do leitor. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Literatura Comparada, 2012, Campina Grande. Revista da ABRALIC - Anais. Campina Grande: Realize eventos e editora, 2012. v. 1. p. 1-10. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/abralic/2012/43381cc6146bab0ac06da6ffcf9406e7_432_206_.pdf. Acesso em, 14 de fev. 2023.*

GRAÇA, Antônio Paulo. *Uma poética do genocídio*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1998.

GUIMARÃES, Bernardo. *O índio Afonso*. Rio de Janeiro: Typ. Garnier Irmãos, 1873. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=142345>. Acesso em: 7 jul. 2023.

HONORATO, Suene. *Cânone Romântico Brasileiro: exclusão das lutas indígenas e suas implicações para o presente*. Revista Memória em Rede, 2021. v. 13, n. 24, p. 84-99. DOI: <https://doi.org/10.15210/rmr.v13i24.20455>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/20455>. Acesso em: 30 mai. 2023.

JACOB, Livia Penedo. *As duras penas: o índio na literatura e a literatura indígena*. Chapecó, SC: Argos, 2023.

SADLIER, Darlene J. *Brasil imaginado: de 1500 até o presente*. Tradução: Flavia Bancher. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

SANTOS, Joaquim Felício. *Acayaca: romance indígena - 1729*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1866.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TÁVORA, Franklin. *Os índios do Jaguaribe: história do século XVII*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Recife, 1870. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3942>. Acesso em: 7 jul. 2023.

TELLES, Tenório. *Simá: um romance sobre a Amazônia. Posfácio. In: AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. Simá: Romance histórico do Alto Amazonas*. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2011 [1857]. p. 307 – 308.

VIEIRA, Nelson H. *Brasil e Portugal - a imagem recíproca: O mito e a realidade na expressão literária*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

Recebido em: 07 nov. 2023.

BELO, D. P. T.; QUEIROZ, J. M.

A figuração do indígena no Oitocentos: *Simá* (1857), um romance histórico de Lourenço Amazonas

Aprovado em: 18 dez. 2023.

Revisor de língua portuguesa: João Pedro Buzinello Michelato

Revisor de língua inglesa: Pedro Americo Rodrigues Santana

Revisora de língua espanhola: Daiane Aparecida Martins

